

CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS PEDAGÓGICAS NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DA CIDADE DO ASSÚ/RN ENTRE O IMPÉRIO E A PRIMEIRA REPÚBLICA

Gilson Lopes da Silva*

Orientador: Marlúcia Menezes de Paiva**

RESUMO: Neste trabalho analisamos as práticas de professores escolas de primeiras letras e do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, na cidade do Assú, Rio Grande do Norte. No Império, a primeira legislação do ensino primário foi instituída em 15 de outubro de 1827 criando as escolas de primeiras letras. Centro do processo pedagógico, o mestre-escola poderia recorrer aos castigos físicos impondo autoridade em sala. Com a proclamação da República são criados os grupos escolares, exigindo um novo papel para os professores e a relação estabelecida com os alunos, pautada num relacionamento mais afetivo. O referencial teórico está embasado em Saviani (2013) e no conceito de ideias pedagógicas, auxiliando-nos na análise das propostas de atuação do magistério no período estudado. As escolas de primeiras letras foram implantadas no Assú em 1829 e entre os principais professores evidenciamos as práticas de José Felix do Espírito Santo, Maria Joaquina Ezequiel da Trindade, Luiza de França das Chagas Cavalcante, Manoel Assis e Olegário Olindino. O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi inaugurado em 07 de setembro de 1911. Entre os profissionais que atuaram na instituição destacamos as práticas dos professores Maria Carolina Wanderley Caldas e Alfredo Simonetti. Enquanto os professores de escolas de primeiras letras exerciam o magistério em espaços insalubres, com métodos considerados ultrapassados, os professores do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia atuavam em um espaço, com amplas instalações, recursos e métodos que envolviam o aluno, despertando interesse pelo conhecimento. Estabelecia-se uma relação mais branda e afetiva.

Palavras chave: Magistério, Império, Primeira República, Escolas de Primeiras Letras, Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão é um recorte da Dissertação de Mestrado defendida em fevereiro de 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo título é **História da Educação Primária na Atenas Norte-Rio-Grandense: Das Escolas de Primeiras Letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia (1829-1929)**¹, sob a orientação da professora Marlúcia Menezes de Paiva. O objetivo da proposta para o CONEDU é analisar a circulação de ideias pedagógicas presentes nas

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN. E-mail: gillopes2000@hotmail.com

** Professora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN. E-mail: mmarlupaiva3@gmail.com

¹ O trabalho completo pode ser baixado no seguinte link: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23839/1/GilsonLopesDaSilva_DISSERT.pdf

práticas de professores e professoras de escolas de primeiras letras e do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, modelos de educação que remetem ao Império e à República, respectivamente. O contexto educacional apresentado tem como recorte espacial a cidade do Assú, localizada no interior do Rio Grande do Norte.

No Brasil-Império, a primeira legislação referente ao ensino primário foi instituída em 15 de outubro de 1827 criando as escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos. A atuação dos professores nesse momento da educação nacional ocorria geralmente em suas próprias residências ou outros lugares adaptados para o funcionamento das aulas. Centro do processo pedagógico, o mestre-escola poderia recorrer aos castigos físicos impondo sua autoridade em sala.

Em 1889 é proclamada a República no Brasil e os representantes defenderam um projeto de reforma educacional estabelecendo os grupos escolares para o ensino primário. Com a finalidade de propagar hábitos de civilidade e urbanidade e contando com inovações pedagógicas, o funcionamento dos grupos escolares implicava numa atuação totalmente diferente por parte dos profissionais envolvidos nas instituições. Base para a formação de uma nova identidade nacional, os grupos escolares instituem um novo papel para os professores e a relação estabelecida com os alunos, pautada num relacionamento mais afetivo. Os professores contavam com um papel importante na propagação das finalidades do governo republicano dado que serviam como um exemplo e modelo social a ser seguido por seus alunos.

O referencial teórico está embasado nas reflexões de Saviani (2013) e no conceito de ideias pedagógicas, auxiliando-nos no entendimento e análise das propostas de atuação do magistério de professores e professoras da cidade do Assú/RN e a materialidade dessa ação a partir das políticas educacionais instituídas no Império e na Primeira República.

Como metodologia, desenvolvemos o texto a partir da investigação documental e bibliográfica no sentido de fundamentar, por meio da leitura e análise do referencial teórico, das fontes e referências bibliográficas, a reconstituição do percurso histórico e das práticas de professores e professoras da cidade. Barros (2013, p. 80), afirma que na elaboração de pesquisas no campo da história “a metodologia remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador”, vinculando-se a ações concretas, dirigidas à resolução de problemas. Como fontes, utilizamos textos de memorialistas assuenses, documentos relacionados as Escolas de Primeiras Letras e ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia e notícia de 1911, publicada no Jornal A República.

Escolas de Primeiras Letras no Brasil-Império

Após a Proclamação da Independência do Brasil da Coroa Portuguesa, em 1822, teve início a tarefa de estruturar o novo país de forma jurídico-administrativa com a elaboração e a promulgação de uma Constituição. Com a convocação da Assembleia Geral Constituinte por Dom Pedro I, em 3 de junho de 1822, o Imperador levantou a necessidade de uma legislação especial que tratasse da instrução pública. Contudo, a preocupação inicial com a educacional nacional foi deixada temporariamente de lado e retomada entre os anos de 1826 e 1827. A Câmara dos Deputados aprovou um projeto modesto que se limitava ao ensino primário, resultando na Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de **Escolas de Primeiras Letras**. (SAVIANI, 2013).

A lei é contemporânea de um momento em que se buscava o fortalecimento da perspectiva político-cultural na tentativa de construção de uma nação independente e um estado nacional. Contendo 17 artigos, trata da criação das Escolas de Primeiras Letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império; dos ordenados dos professores, considerando as circunstâncias da população e carestia dos lugares; da aplicação do método de ensino mútuo; da instituição do ensino de leitura, escrita, cálculos, gramática da língua nacional e doutrina da religião católica; das escolas para meninas que receberiam também o ensino das prendas domésticas e da instituição dos mesmos ordenados e gratificações concedidas aos professores e professoras. (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1827).

Na então Vila Nova da Princesa, elevada em 1845 à categoria de cidade do Assú, foi criada uma cadeira masculina de primeiras letras em 2 de setembro de 1829, e outra feminina no dia 5 do mesmo mês. (LIMA, 1990, p. 143). O exercício efetivo do magistério ocorreu na Vila em 1829 com o senhor José Felix do Espírito Santo. Bezerra (2006, p. 4) informa que surge “dessa iniciativa a primeira escola, conseqüentemente o primeiro professor primário da história do Assú. A aludida unidade educacional funcionou até o ano de 1843”. Dona Maria Joaquina Ezequiel da Trindade assumiu apenas em 1834 a segunda cadeira de Escola de Primeiras Letras da Vila Nova da Princesa para o público feminino, funcionando em sua residência. Dessa forma, ela se tornava a primeira professora a lecionar na Vila. A partir do pioneirismo dos professores citados, outros letrados adotaram procedimento semelhante durante o século XIX, tornando-se importantes educadores e contribuindo com a formação primária dos assuenses durante o período imperial. (BEZERRA, 2006).

Entre os professores que atuaram posteriormente na cidade podemos citar Dona Luíza de França das Chagas Cavalcante, que iniciou no magistério como professora pública e

exerceu atividades entre os anos de 1881 a 1893 no Assú. Depois continuou dando aulas particulares em sua casa e era responsável pela inclusão de homens e mulheres de uma condição social mais abastada no mundo das letras. Francisco Amorim foi aluno da Mestra França, como era chamada pelos seus alunos. O memorialista apresenta relatos das aulas:

Aos oito anos já frequentava a escola particular da professora França (Tia França). Levava um tinteiro com tinta preparada em casa com anilina, um pedaço de pau tendo uma pena na ponta, amarrada com linha e a Carta do ABC. Estes apetrechos eu os conduzia em uma caixa de charutos.

A escola era mista. Como colegas tinha Jorge, meu irmão; Luiz Sócrates Filho (hoje residente no Recife); Júlio Soares, poeta e musicista já falecido e Nozinho, filho de um fogueteiro cujo destino ignoro.

Do lado feminino: Anísia Cabral, Maria Galvão de Oliveira, Maria Luiza, Elita de Oliveira e outras que não me acodem à memória. (AMORIM, 1982, p. 9).

Uma das principais características da educação vigente no período imperial é que as aulas poderiam ser ministradas na residência do próprio professor, como as de Luiza de França. Dessa forma, existia uma liberdade na condução das aulas chegando ao ponto de permitir que os alunos ficassem sozinhos em sala sem uma condução ou orientação e a própria indisciplina que esse fato produziria, posteriormente sendo punido com castigo físicos. Para Pinheiro (2002, p. 73), o funcionamento das escolas nas casas dos professores “acarretava problemas tanto de ordem administrativa quanto de ordem pedagógica” e a convivência de alunos e familiares dos professores no mesmo espaço físico também “trazia uma série de constrangimentos”.

Em carta enviada à Francisco Amorim em 20 de dezembro de 1963 para ser publicada no livro História da Imprensa do Assú (1965), Manoel Assis, que também se tornou professor exercendo o magistério no Assú e em outras cidades do Rio Grande do Norte, apresenta aspectos importantes da educação local, e de seu magistério:

a Carta do ABC na velha e gloriosa cidade do Assú, na Escola do professor Manoel Ferreira de Macedo Jalles. Éramos 43, dos quais restamos cinco: Antonio Saboia de Sá Leitão, Manoel Lindolfo de Siqueira Cortez, Teógenes Amorim e Luiz Correia de Sá Leitão. Eu, o benjamim, já ultrapassei os 80 anos. No verão de 1901, aprendi noções de Geografia, História, Gramática, Aritmética, etc. na Escola Particular de Antonio Soares de Macedo Filho. No ano seguinte tornei-me Mestre-escola, abrindo a minha primeira aula no dia 3 de fevereiro de 1902, no lugar Sombra das Pinturas, município de Caicó, hoje pertencente a Jucurutu. Depois peregrinei por diversas fazendas dos municípios de Santana, Assú e Angicos durante mais de sete anos. Nessas andanças, consegui alfabetizar cerca de mil jovens potiguares. (AMORIM, 1965, p. 73).

O relato do professor Manoel de Assis é significativo porque demonstra aspectos importantes das turmas onde estudou as primeiras letras e impressiona pela quantidade de alunos que iniciaram as aulas com o professor Manoel Macedo. É importante destacar que alguns colegas de Manoel de Assis tornaram-se figuras influentes na cidade do Assú, como Antônio Saboia de Sá Leitão que assumiu a Intendência Municipal nas primeiras décadas do século XX e empreendeu transformações importantes no espaço urbano, e Luiz Correia de Sá Leitão, figura política da cidade.

Na segunda parte do relato, atentamos para as disciplinas cursadas nas aulas do professor Antônio Soares de Macedo Filho, necessárias para as noções iniciais de leitura, cálculos e aspectos geográficos e históricos. Contudo, também deixa entrever que não existia um sistema mais amplo de disciplinas nesse período. Na terceira parte, mostram-se importantes as peregrinações de Manoel Assis exercendo o ofício do magistério em diversos lugares e contribuindo para a formação de milhares de jovens no Rio Grande do Norte.

Olegário Olindino de Oliveira nasceu em 1895 na cidade de Campo Grande, mas se mudou para o Assú ainda criança. Um tipo inteligente, revelou desde cedo pendor para o magistério ao lecionar as primeiras letras para a juventude assuense. Um caso interessante registrado por Fonseca Filho (1984, p. 35) sobre o professor Olegário é que ele mantinha amizade com Pedro Jacob, o guarda-fios do telégrafo. Na época, Jacob contava com quarenta anos de idade e era analfabeto. Com paciência e abnegação o professor Olegário conseguiu alfabetizá-lo e graças ao mestre “Pedro Jacob chegou a ocupar o lugar de Inspetor de linhas telegráficas e dizia a todos com ufania o que sou na vida, devo a Olegário”.

Esse momento da história da educação brasileira, marcado por características tradicionais, é representado por ideias onde o mestre era o centro do processo educativo por ser o portador do conhecimento escolar. De acordo com Magalhães (2004, p. 28) a pedagogia tradicional estava centrada “no professor, no agente, de cuja ação esperava uma normatização da ação, no plano da instrução, mas também no plano normalizador das práticas, comportamentos, saberes e atitudes”.

Outros fatores que dificultaram a instrução primária no Império podem ser apontados: as escolas de primeiras letras apresentavam métodos pedagógicos considerados ultrapassados e sem recursos didáticos, com professores que recebiam remuneração insuficiente não possuindo formação adequada, gerando aulas com baixo rendimento e excluía grande parcela da população do acesso à educação; não existiam normas rígidas para uma estrutura organizacional que regulamentasse e fiscalizasse o funcionamento das escolas; a educação se desenvolvia geralmente em espaços improvisados, por exemplo, na

casa do professor, ou e em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade.

Para Saviani (2013, p. 166), um grande entrave na consolidação das Escolas de Primeiras Letras como uma ideia de sistema nacional de ensino com normas e objetivos comuns no Brasil do século XIX encontra-se nas “condições materiais precárias decorrentes do insuficiente financiamento do ensino”. Ainda segundo o autor, entre os anos de 1840 e 1888 a média anual de recursos financeiros investidos na educação foi uma cifra irrisória de 1,8% do orçamento governamental. Desse valor, uma média de 0,47% foi destinada para a instrução primária e secundária. Ficava como herança para o governo republicano, portanto, a responsabilidade de direcionar mais investimentos para a instrução pública com destaque para a instrução primária.

Grupos Escolares na Primeira República

No início da República, proclamada em 1889, a educação popular estava sob a responsabilidade dos estados. O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 assinado por Benjamin Constant instituiu uma reforma nos ensinos primário e secundário. Apesar de estar restrito ao Distrito Federal, o documento apresentava-se como uma referência para a organização do ensino nacional. Porém, Saviani (2013, p. 165) afirma que a reforma pretendia conciliar estudos literários e científicos, recebendo diversas críticas e “a tentativa mais avançada em direção a um sistema orgânico de educação foi aquela que se desenvolveu no estado de São Paulo” que lançou em 8 de setembro de 1892 a Lei nº 88.

Embora a reforma promulgada abrangesse todos os setores da instrução pública, o foco da lei era o ensino primário e a grande novidade veio com a instituição dos grupos escolares representando um momento de modernização do ensino. O novo modelo tomou forma no Estado de São Paulo a partir de 1894 com a criação do Grupo Escolar Escola-Modelo da Luz (MOREIRA, 2005, p. 93) e era constituído pela reunião ou agrupamento de três ou mais escolas regidas cada uma por um professor, compreendendo cursos infantil, elementar e complementar, sob a administração de um diretor, consolidando-se posteriormente em todo o Brasil.

O primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte foi instalado em Natal. Chamado de Grupo Escolar Augusto Severo, foi criado pelo Decreto nº 174, de 5 de março de 1908, no exercício do governo de Antônio José de Souza e Melo (1907- 1908). No ano seguinte foi instalada a Reforma da Instrução Pública (Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909) na

perspectiva de estabelecer diretrizes para o sistema de ensino público no âmbito do ensino primário, secundário e normal, sob a responsabilidade do governo estadual. De acordo com o Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909, o Grupo Escolar Augusto Severo tornou-se a Escola-Modelo para outros grupos construídos no Rio Grande do Norte. (MOREIRA, 2005).

Na Primeira República, a cidade do Assú desenvolvia importantes atividades econômicas com a produção do algodão e a extração da cera de carnaúba sendo um importante empório comercial do interior do estado. Essas atividades econômicas provocaram uma série de transformações e melhoramentos no espaço urbano e a implantação do novo modelo de funcionamento da instrução primária proposta pelo governo republicano acontece exatamente dentro do progresso socioeconômico da cidade.

A ideia de implantação de um grupo escolar no Assú ocorreu em 1910 sob a iniciativa do juiz de Direito José Correia de Araújo Furtado. Diante dos sinais de progresso pelos quais a cidade passava, José Correia percebeu o quanto era necessário um local apropriado que pudesse oferecer instrução primária de qualidade para a população e realizou campanhas comunitárias para levar adiante o empreendimento.

De acordo com Silva (2004, p. 53), “os municípios que apresentavam interesse em instalar uma escola desse porte precisavam assumir o compromisso com as despesas da construção do prédio”. A criação de um grupo escolar poderia ser solicitada pelo intendente municipal, associações ou particulares, que se responsabilizavam pelo pagamento do porteiro-zelador, das despesas materiais e de expediente, como a conservação do prédio e o mobiliário. O governo estadual se responsabilizava pela nomeação e remuneração do professorado.

Durante a administração do Governador Alberto Maranhão foi lançado no dia 11 de agosto de 1911 o Decreto nº 254 criando “na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado Tenente Coronel José Correia, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo e uma mista infantil”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911). Demonstrando o envolvimento do povo assuense com os ideais patrióticos que tomavam conta do país à época “suas portas foram abertas na data em que se comemorava a Independência do Brasil” (BEZERRA, 2006, p. 5), no dia 07 de setembro de 1911.

Profissionais atuantes em um novo contexto educacional

Instituição escolar com traços marcantes, os grupos escolares dispunham de grande aparato de inovações pedagógicas com a finalidade de construir uma nova identidade nacional e um perfil de povo civilizado e letrado formando cidadãos amantes da ordem e do progresso.

As inovações do ensino diferenciavam-se das Escolas de Primeiras Letras por contar com um corpo de funcionários comprometidos com a qualidade da educação e que deveriam trabalhar respeitando as orientações estipuladas nos documentos reguladores. Souza (1998, p. 62), afirma que os grupos escolares foram “responsáveis por uma nova organização do trabalho e pela distribuição interna do poder dentro da escola”. Do ponto de vista hierárquico é entronizada a figura do diretor, “desconhecida nas escolas primárias durante os anos do Rio Grande do Norte imperial”. (ARAÚJO, 1979, p. 136), que assumiu a organização central dos processos desenvolvidos na escola.

Luiz Correia Soares de Araújo assumiu a cadeira masculina elementar e esteve à frente da direção do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia até 1913. Discursando durante a sessão de inauguração do grupo escolar, o professor Amphilóquio Câmara parabenizava a “família assuense pela aquisição de Luiz Soares para professor do grupo, no qual folgava de ver um verdadeiro amante da instrução e que na escola, ele seria um verdadeiro continuador da obra do lar”. (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911). O destaque dado à Luiz Soares como diretor e professor do grupo escolar expressam a relação que deveria existir entre escola e família para que o ensino fosse eficiente, obtendo resultados satisfatórios.

Além do professor Luiz Correia Soares de Araújo, na primeira turma de docentes do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia também foram empossadas as professoras Clara Carlota de Sá Leitão e Maria Carolina Wanderley Caldas (Sinhazinha Wanderley) e o porteiro-zelador Manoel Marcolino Filho.

Clara Carlota de Sá Leitão e Sinhazinha Wanderley faziam parte de famílias tradicionais do Assú. No grupo escolar da cidade, foram nomeadas provisoriamente para assumir as cadeiras feminina elementar e infantil mista, respectivamente. As professoras não tinham titulação formal na época da criação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Para assumirem o cargo efetivo era exigida a formação profissional do ensino primário que deveria ser realizada num curso oferecido pela Escola Normal com um estágio realizado no Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal; ou pela realização de exames especiais para professores do interior. No ano de 1918, as professoras fizeram o pedido de requerimento de inscrição nos exames de admissão e enfrentaram uma longa viagem que durou três dias a cavalo, de Assú para Taipu, onde pegariam o trem para Natal e prestariam os exames de capacitação. Maria Carolina Wanderley Caldas e Clara Carlota de Sá Leitão receberam seus títulos de professoras primárias e permaneceram no grupo escolar do Assú até meados da década de 1950. (PINHEIRO, 1997).

Os professores João Celso Filho e Alfredo Simonetti também demonstraram importante atuação na instituição educativa. João Celso Filho cursou o ensino primário na cidade do Assú. Em 1906 partiu para a cidade de Maracanã, no Pará. Submeteu-se a concurso para Fiscal do Consumo e foi aprovado. Em 1912, abandonou o cargo e retornou ao Assú para assumir funções no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, onde, segundo Amorim (1965, p. 67) deixou “traços inapagáveis da sua atuação em proveito da mocidade”.

Alfredo Simonetti nasceu em Natal no dia 24 de outubro de 1900 e formou-se em 1920 pela Escola Normal de Natal. O professor iniciou no ensino primário no mesmo ano quando foi nomeado para o Grupo Escolar Moreira Brandão, na vila de Goianinha/RN, e em 1923 foi promovido como professor do curso complementar do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Ainda atuou como poeta, jornalista, animador cultural e escreveu algumas peças de teatro. Raimundo Nonato, memorialista potiguar, descreve que o desempenho do professor Simonetti e sua ação na escola “foi assim, como uma espécie de aticismo de clareza fixadora e espontânea, de sensação do respeito à disciplina, de atos enérgicos, de força moral e persuasão pessoal que revestiam todas as suas manifestações e atitudes humanas”. (SIMONETTI, 1995, p. 31).

As mudanças presentes nos grupos escolares apontavam novos comportamentos no cotidiano da sala de aula e na ação dos professores que se afastavam do direito de autonomia didática e do sentimento de propriedade da escola como era tão comum nas Escolas de Primeiras Letras. Os processos pedagógicos e didáticos que se estabeleceram nos grupos destacam uma nova forma relacional inovadora entre professores, alunos e conhecimento. Pinheiro (1997, p. 141) informa que com a aplicação desse novo modelo inaugurava-se:

uma forma diferente de ensinar que implicava diretamente na relação entre alunos e o conhecimento que antes, na maioria das vezes, caracterizava-se pelo tédio, pavor ou monotonia. Para aprender era preciso, quase sempre, experimentar a dor, o terror, o pavor, o medo ou a humilhação. Não aprender significava vivenciar o sentimento de fracasso diante das expectativas dos colegas, do professor, da família, e, conseqüentemente, a humilhação. Significava, também, a possibilidade de ser punido, na maior parte das vezes, fisicamente.

Nos grupos escolares, os castigos físicos foram abolidos e as novas orientações afirmavam que a base da disciplina seria a afeição recíproca entre mestres e discípulos, instituindo como meios acessórios para os professores o emprego moderado de prêmios e penas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910). A palmatória, que representava um instrumento de punição adotado no cotidiano das Escolas de Primeiras Letras, o poder e a autoridade do professor, além de uma provável segurança de que o processo de escolarização seria eficaz,

perde seu lugar central e sua função disciplinadora. Ao menos legalmente, os castigos físicos dão lugar a uma prática mais branda e respeitável entre professores e alunos apresentando cumplicidade, respeito e afeto nas relações entre ambos. De acordo com Faria Filho (2014, p. 166), nesse novo momento da instrução primária “elogiava-se a professora que não mais empregando o bato conseguia conduzir sua turma com energia, carinho e sensibilidade”.

CONSIDERAÇÕES

O levantamento das questões apresentadas no artigo deixa entrever o conflito existente na circulação de práticas pedagógicas presentes nos Grupos Escolares em detrimento da antiga forma de ensinar nas Escolas de Primeiras Letras. Põe em evidência as mudanças ou os rompimentos com os diversos aspectos que orientavam a ação dos professores em dois momentos da história da instrução primária brasileira, Império e República, e as ideias pedagógicas (SAVIANI, 2013) que orientavam cada um desses momentos.

As impressões das ideias pedagógicas que circulavam mais especificamente na cidade do Assú, *locus* do nosso trabalho, nos permitem entender que enquanto os professores de Escolas de Primeiras Letras exerciam o magistério em espaços insalubres e pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, com métodos e práticas considerados ultrapassados para as dimensões de ensino-aprendizagem, os professores do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia exerciam o magistério em um espaço educacional próprio, com amplas instalações, recursos e métodos que envolviam o aluno e despertavam o interesse pelo conhecimento. Também estabelecia-se um novo processo interacional entre professores e alunos, pautado numa relação mais branda e afetiva entre ambos. O professor se dirigia ao aluno como um amigo e por meio de seu próprio exemplo, buscava despertar no educando hábitos morais, de civilidade e urbanidade participando ativamente do novo momento político-social proposto pelo governo republicano.

A imagem do professor no âmbito social era importante para favorecer um ensino eficiente e perpetuar hábitos ordeiros e de civilidade para os alunos. Segundo Souza (1998, p. 61), na constituição da profissão docente ele passa “a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica”. No novo universo de profissão docente, era exigida uma sólida formação geral por parte dos professores que deveriam demonstrar sabedoria no entendimento do mundo, do homem e da sociedade, ser experientes na arte de ensinar e no domínio metodológico.

A educação republicana visava organizar a nação por meio da formação moral, inculcando valores capazes de destruir vícios e outros malefícios que ameaçavam a moralidade social, perspectiva que ampliava consideravelmente o sentido das ideias pedagógicas. Simonetti (1995, p. 16) acredita que para os educadores que atuaram nos grupos escolares, espaços de transformação da própria realidade social, “inserir-se no contexto do ensino público [...] significou não só, um feito de caráter pessoal e individual, mas, um compromisso de cunho social com a educação de quantos foram seus alunos, e, de seu saber, aprendizes”.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Francisco. **Assú da minha meninice (Memórias)**. Natal, RN: Editora Clima, 1982.

_____. **História da imprensa do Assú**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 1965.

ARAÚJO, Marta Maria de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte da Colônia à Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: “Os Grupos Escolares”. **Jornal A República**. 09/09/1911. Natal, 1911.

BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2013.

BEZERRA, Ivan Pinheiro. Escola José Correia – 95 anos de glória. **Tribuna do Vale do Açu**. 02/09/2006. Assú, 2006.

FARIA FILHO, Luciano mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906-1918). Uberlândia: EDUFU, 2014.

FONSECA FILHO, Ezequiel. **Poetas e boêmios do Açu**. Natal, RN: Editora Clima, 1984.

SILVA, Gilson Lopes da. **História da educação primária na Atenas Norte-Rio-Grandense**: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia (1829-1929). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Cria escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Chancellaria-mór do Império do Brazil, Rio de Janeiro, livro 1º de cartas, leis e alvarás. 31 de outubro de 1827.

LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo. Mossoró: Coleção Mossoroense. ESAM, 1990.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. **Sinhazinha Wanderley: o cotidiano de Assú em prosa e verso (1876-1954).** Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1997.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n° 239, de 15 de dezembro de 1910.** Baixa o Código de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 15 de dezembro de 1910.

_____. **Decreto n° 254, de 11 de agosto de 1911.** Cria na cidade do Assú o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 11 de agosto de 1911.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Maria da Conceição Farias da. **O Curso Normal de 1° Ciclo em Assú/RN (1951/1971).** Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

SIMONETTI, Américo Vespúcio. **Alfredo Simonetti.** Mossoró, RN: Coleção Vale do Assú, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: Editora Unesp, 1998.